



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CARIACICA GESTÃO 2022/2026

Dados da reunião			
Local Auditório do IPC		Data 17/03/2022	Horário 10h40min
Participantes			
Diretor – Presidente do IPC		Aglimar Veloso Neto	P
Conselheiros Titulares		Conselheiros Suplentes	
Rodrigo Garcia Giori	P	Priscilla Gracielli do Rosário	
Fernando Santos Macarineli	P	Bianca dos Santos Rangel Olindino	P
Jonas Ferreira Campos	P	Marco Antonio Igídio	
Jhawa Memelli de Moura	P	Filipe Inácio de Lima	P
Paulo Cesar Peixoto		Maria Rosalina Ribeiro	
Menderson Rezende de Moura		Rogério Cipriano Moreira	P
Danuza Matos Ribeiro	P	Maria Odete Marchesi Groberio	
Patrícia Luiza Sampaio Miguel	P	Luciano Constantino	P
Convidados			
André Luiz Valentim Paulo	P	Juliana de Lima Silva Rodrigues	P
Objetivo			
Reunião Ordinária para tratar e deliberar sobre o seguinte assunto: Aprovação da Política de Investimentos do IPC para o ano de 2022 Recondução de Membro do Comitê de Investimentos Apresentação do Diretor Presidente do IPC.			
Encaminhamentos da reunião			
Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do IPC na data de 17 de março de 2022, no auditório do IPC sob a direção do Diretor Presidente do IPC Aglimar Veloso Neto. Presentes à reunião os conselheiros, Rodrigo Garcia Giori, Fernando Santos Macarinelli, Bianca dos Santos Rangel Olindino, Rogério Cipriano Moreira, Jhawa Memelli de Moura, Filipe Inácio de Lima, Jonas Ferreira Campos, Danuza Matos Ribeiro, Patrícia Luiza Sampaio Miguel e Luciano Constantino e como convidados a Diretora Administrativo e Financeiro e o servidor do IPC André Luiz Valentim Paulo, que fora convidado para redigir a relatoria desta reunião. Iniciada a reunião às 10h15min pelo Presidente Veloso, constatado o quórum, abriu-se os trabalhos dando boas vindas a todos especialmente aqueles que estão iniciando a nova Gestão 2022/2026. O Presidente ressaltou a importância da participação de todos neste novo ciclo, principalmente com as novas exigências do Pró Gestão. Abrindo os trabalhos o Presidente fez uma breve explanação sobre as últimas reuniões e as demandas originadas que devem ser tratadas. Em relação às últimas reuniões há necessidade de apreciação e aprovação. As atas foram lidas pelo conselheiro Rodrigo Garcia Giori e apreciadas pelos presentes. Após, foram devidamente aprovadas.			



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Ato contínuo o Presidente Veloso abriu aos conselheiros a pauta do dia, destacando aquilo que já fora devidamente encaminhado previamente: apreciação da política de investimentos e recondução de membro do comitê de investimentos. Dito isto, abriu aos conselheiros que desejassem colocar em pauta os assuntos que julgavam pertinentes ao momento.

O conselheiro Jhawa Memelli de Moura, solicitou que incluísse na pauta análise sobre a alteração da Lei 28/2009 promovida pelo poder executivo e a saída da ex Presidente Sídina Delpupo da Cunha Daniel. O conselheiro Luciano Constantino solicitou a inclusão em pauta da análise da composição da comissão do Pró Gestão diante da inexistência de membro com vínculo efetivo. O Presidente Veloso, solicitou que colocasse em pauta a decisão sobre as datas das reuniões a serem feitas no ano em curso. Concluído o ato, passamos a apresentação e análise da Política de Investimentos de 2022.

A palavra foi dada a Diretora Juliana, que é a Presidente do Comitê de Investimentos do IPC. A Diretora trouxe aos presentes uma visão geral do mercado de investimentos, como se encontra diante da Pandemia e quais os impactos que causaram e causam aos investimentos do IPC. Em suas palavras, com base na assessoria de investimentos do IPC e em consenso dos membros do Comitê, as dificuldades encontradas durante este período, embora não sejam positivas a expectativa a longo prazo é de superação, sendo que o cenário não é exclusivo do IPC, mas geral aos RPPS. Quanto à política de investimentos a Diretora pode apresentar as mudanças aprovadas no CMN, explicando aos conselheiros sobre as alocações financeiras e como serão dispostas, de acordo com as obrigações do RPPS. Neste momento o conselheiro Rodrigo membro do Comitê de Investimentos, pode contribuir explicando a todos sobre o serviço prestado pela empresa Crédito e Mercado, quanto ao estudo de ALM. Tal estudo se presta a dar suporte na tomada de decisões, pois dá uma visão financeira ampla e de várias perspectivas. A Diretora também falou sobre a autorização para que o IPC realizasse empréstimos Consignados aos segurados. Na opinião do Comitê de Investimentos do IPC, amparado pela empresa de consultoria, embora tenham autorizado, não houve regulamentação sobre a possibilidade do empréstimo consignado, sendo certo de que a hipótese não é viável tecnicamente para o IPC. O conselheiro Jhawa fez algumas ressalvas em relação à atualização dos dados apresentados em face do atual cenário econômico. Também ressaltou a atualização da tabela de percentuais de alocação em títulos públicos. O conselheiro Rodrigo contribuiu afirmando que os dados refletem um momento passado e que o estudo de ALM irá atualizar as informações, propondo possíveis mudanças. Sobre o empréstimo consignado o conselheiro Jhawa, manifestou positivamente com a decisão do Comitê. Sobre o percentual apontado pelo conselheiro Jhawa, a Diretora Juliana informa que será corrigida. Explicação realizada passamos à aprovação da **Política de Investimentos, que foi aprovada em unanimidade pelos conselheiros.**

Ato contínuo foi colocada em análise a recondução da Diretora Juliana ao comitê de investimentos haja vista que seu mandato se expirou. Considerando a importância do tema, a capacidade da Diretora portadora de CPA 20 e a necessidade do IPC ter profissionais qualificados no comitê, sua **recondução foi aprovada sem ressalvas e por unanimidade.**



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Passou-se a apreciação das datas de reuniões do ano. A conselheira Patrícia Luiza Sampaio Miguel, solicitou o retorno das reuniões presenciais, com o devido cuidado sanitário. Ficou decido que as reuniões seriam presenciais. Após breves comentários, ficou decidido, em cumprimento ao Regimento Interno do Conselho, sempre às 08h00min, presencialmente no Auditório do IPC nas seguintes datas:

Mês	Data	Horário
Março	17/03/2022	08h00min
Abril	07/04/2022	08h00min
Maio	05/05/2022	08h00min
Junho	02/06/2022	08h00min
Julho	07/07/2022	08h00min
Agosto	04/08/2022	08h00min
Setembro	01/09/2022	08h00min
Outubro	06/10/2022	08h00min
Novembro	10/11/2022	08h00min
Dezembro	01/12/2022	08h00min

O conselheiro Rogério Cipriano Moreira pediu explicações sobre a Lei do Jetom e a divulgação a todos. O Presidente Veloso informou que a Portaria regulamentando o jetom deverá ser publicada no dia seguinte, explicando como se dará e o valor, sendo que a publicação poderá ser disponibilizada sem problemas.

Outro ponto de pauta solicitado, o conselheiro Jhawa teceu comentários sobre a forma como se deu a mudança da Lei 28/2009, questionando a ausência de debates. Também fez comentários sobre a abrupta saída da ex Presidente Sídina, entendendo que a mesma deveria vir ao conselho para explicar os motivos de sua saída. Quanto à alteração da Lei propôs uma nota de repúdio em nome do Conselho em desfavor ao Prefeito Municipal. Em relação à ex Presidente, o conselheiro Fernando Santos Macarinelli, manifestou no sentido de que a decisão da ex Presidente é pessoal cabendo apenas a ela o motivo e em relação à nota de repúdio entende que o ato é incomum, sendo que este Conselho não detém competência para o ato. O conselheiro Rodrigo manifestou que em relação à ex Presidente entende ser uma decisão de natureza íntima, mas que o processo de troca de presidência poderia ser conduzido de outra forma, sem, contudo precisar expor os motivos. Quanto à alteração da Lei o conselheiro Luciano discordou sobre a alteração legislativa, sendo que entende que a Presidência do IPC deveria ser ocupada obrigatoriamente por alguém de vínculo com o RPPS, ou seja, um servidor efetivo. O Presidente Veloso expôs que se trata de uma prerrogativa do executivo esta alteração, além da legalidade formal do ato, não possuindo este conselho competência para tal. Também se manifestou contrário à nota de repúdio. Em relação à ex Presidente nada pode manifestar pois entende tratar de um desejo pessoal. A conselheira Patrícia discordou de como a substituição da Presidência foi tratada. O conselheiro Jhawa entende ser um desrespeito do executivo no caso da alteração da Lei. Neste momento, foi proposta a votação quanto à nota de repúdio do conselheiro Jhawa, sendo rejeitada por maioria dos presentes. A conselheira Patrícia propôs envio de ofício ao executivo convidando-o para conversar sobre as mudanças ocorridas e esclarecimentos pertinentes. Proposta a votação, discordou o conselheiro Fernando do envio do ofício e a favor votaram os conselheiros Patrícia, Rogério, Danuza, Jonas, Jhawa e Rodrigo. O



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Presidente Veloso não votou, mas manifestou-se contrário à proposta por entender ser uma prerrogativa do executivo. Proposta de envio de ofício ao Executivo convidando para que envie ao Conselho representante para esclarecimentos quanto às mudanças legislativas que aconteceram aprovada.

As 12h30min o conselheiro Fernando solicitou sua retirada da reunião.

O conselheiro Luciano trouxe aos presentes sua preocupação em relação à apreciação das contas pelo Conselho Fiscal de uma ex Presidente, hoje conselheira, e que se caso ocorra seria uma ilegalidade. O conselheiro Rodrigo informou que a situação não deverá ocorrer uma vez que a mesma se comprometeu em não participar da decisão. O conselheiro Luciano demonstrou preocupação com a Comissão de Pró Gestão em face da mesma ser composta apenas de servidores comissionados e solicita a inclusão de membros efetivos, pois a situação poderia ocasionar a descontinuidade do trabalho se ocorressem exonerações.

Ficam desde já, os conselheiros titulares convocados para uma reunião extraordinária na data de 29/03/2022 para apreciação do relatório do Conselho Fiscal sobre a Prestação de Contas do ano de 2021.

Diante da hora já avançada, foi proposto o encerramento as 12h50min. Com as devidas considerações, a reunião terminou às 12h55min. Não havendo mais nada a tratar, eu, André Luiz Valentim Paulo, lavrei a presente ata e, por ser verdade, assino.

5. Fechamento da reunião

Data 17/03/2022 às 12h55min

Relator André Luiz Valentim Paulo

Aglimar Veloso Neto
Presidente do Conselho